

Adrião Pereira da Cunha*

Humberto Delgado e o seu exílio no Brasil

R E S U M O | *O Exílio de Humberto Delgado no Brasil em 1959 constitui um momento único na história política de Portugal Contemporâneo. É a queda dos mitos, criados ao longo dos anos, por Salazar e seus apaniguados, quer a nível interno, quer externo. As eleições presidenciais de 1958 constituem para Humberto Delgado um drama pessoal e político, com múltiplos reflexos. O seu exílio político vai centrar-se numa dimensão humana com novas vivências políticas das vítimas da repressão do Estado Novo. No Brasil vai encontrar um universo oposicionista com características sociológicas, culturais, e económicas completamente diversa, vindo a surgir uma insanável e progressiva conflitualidade pessoal e política. Palavras-chave: Estado Novo, salazarismo, eleições presidenciais, oposição democrática.*

A B S T R A C T | *The political exile Humberto Delgado in Brazil in 1959 is a single moment in the political history of Contemporary Portugal. It is the fall of the myths created over the years by Salazar and his cronies, both internally and externally. The 1958 presidential elections are to Humberto Delgado personal and political drama, with multiple reflections. His political exile will focus on a human scale with new political experiences of victims of the repression of the Estado Novo. In Brazil you will find an opposition universe with sociological, cultural and economic characteristics quite different, one incurable and progressive personal and political conflict been emerging. Keywords: Estado Novo regime, Salazar, presidential elections, Humberto Delgado, democratic opposition.*

Introdução

A 8 de junho de 1958, o General Humberto Delgado e o Almirante Américo Tomás disputam a eleição à Presidência da República, um combate político cujas regras se encontram viciadas desde o início: na manhã do próprio dia das eleições, o Governo faz inserir uma nota-oficiosa proibindo a fiscalização das urnas pela Oposição.

Em termos internacionais é conhecida a posição do regime salazarista e são vários os jornais que fazem denúncia pública do que se passa em Portugal. As eleições constituem uma burla grotesca do que deveriam ser eleições livres, visando integrar Portugal no âmbito das Nações Livres e Democráticas.

O ato eleitoral à Presidência da República processa-se após uma agitada campanha, onde existem vários feridos entre os apoiantes de Delgado, sendo denunciados numerosos atropelos à

* Mestre em História Contemporânea e doutorando em História pela FLUP.

liberdade com perseguição e prisão de numerosíssimos cidadãos que emprestaram o seu nome e a sua ação cívica à causa da liberdade.

Pelo regime foi negada à Oposição o livre acesso aos cadernos eleitorais, interdita a possibilidade de efetuar comícios ao ar livre, destruídos diversos documentos de campanha, dificultada a distribuição e entrega de boletins de voto.

A 8.6.1958, Portugal realizou pela última vez, na vigência do Estado Novo, eleições para a Presidência da República pelo voto direto, secreto e universal.

Salazar não deixa aos portugueses quaisquer dúvidas sobre as eleições para a Presidência da República. A posição que assume perante estas eleições fica definida num discurso que profere na sessão de propaganda da candidatura de Américo Tomás, no Palácio dos Desportos, em Lisboa, a 4.6.1958, num registo bastante crispado, que ele próprio deplora. As linhas essenciais desse discurso¹ são:

- A campanha tem suscitado uma leitura geral (“enciclopédica”) do funcionamento do sistema político;
- A campanha tem sido aproveitada como pretexto para a subversão;
- Faz a promessa de retorno rápido à vida habitual;
- Regozija-se com a disponibilidade de a oposição ir às urnas, exprimindo este facto como derivado dum esforço do poder governamental;
- A eleição apresentada como “prova de força” e de mudança que impõe novas exigências na vida política, com o surgimento da oposição;
- Finalmente, pelo não – dito, Salazar desfaz todas as dúvidas quanto ao apreço que tem pela figura constitucional da personalidade que exerce a presidência da República, quando no discurso de encerramento de campanha eleitoral, não pronuncia uma única vez o nome do candidato do regime, por si sancionado. E, no mesmo passo, exprime a insignificância que atribui à magistratura presidencial.

Sequelas das eleições

Das campanhas presidenciais ocorridas em Portugal, nos vinte e cinco anos da vigência da Constituição de 1933, o regime jamais se sentiu afetado, durante ou no rescaldo das mesmas, sobretudo desde que a oposição dera sinais de maior capacidade interventiva no pós-guerra. Sempre se recuperara dos períodos eleitorais, onde a Oposição nunca tinha chegado ao voto. Contrariando o que até aqui tinha sido habitual, o sufrágio eleitoral de 1958 provoca um forte abalo ao regime que parece degastado; considera-se atingida a autoridade carismática do incontestado e inamovível chefe político, Oliveira Salazar.

O sucesso generalizado que o General Humberto Delgado obtém na campanha eleitoral como candidato – Independente - à Presidência da República, fica a dever-se, em boa parte, à sua maneira de ser, a um discurso vigoroso, ao seu imprevisto arrebatamento, no contacto direto com a população, numa ânsia pública de ação conducente a uma imediata alteração do regime. Delgado congrega uma massa política heterogénea, unindo diferentes setores da sociedade portuguesa, subvertendo todos os cálculos e previsões políticas até então formuladas.

Franco Nogueira refere que Delgado obteve o apoio da mais completa coligação que o regime houve de enfrentar: “sobreviventes do partido democrático, monárquicos liberais, integralistas desgarrados, socialistas, elementos da *Seara Nova*, sociais- democratas, elementos republicanos moderados e comunistas, de que os demais tiveram de aceitar a colaboração, senão a preponderância”.²

¹ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas V 1951-1958*. (Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1959), 477/481.

² Franco Nogueira, *O Estado Novo [1933 – 1974]*. (Porto, Livraria Civilização Editora, dezembro 2000), 106

A candidatura do General Humberto Delgado, conduzida com forte cunho pessoal; com carisma, com coragem e entusiasmo, rompe os moldes estabelecidos, derruba padrões assentes; e a sociedade portuguesa é batida por uma rajada que a faz estremecer até aos seus fundamentos. O acontecimento transcende o candidato e os seus reflexos projetam-se definitivamente sobre Salazar, sobre os fundamentos do regime do Estado Novo, sobre as mais diversas instituições e personalidades.

Pedro Teotónio Pereira embaixador de Portugal em Londres, em carta endereçada a Oliveira Salazar, datada de 20.3.1958 escreve: “Regressei de Lisboa com o espírito cheio de ansiedade quanto à solução que se irá dar à eleição de junho. Quanto mais penso no caso mais me convenço que há só uma solução que unirá outra vez as forças nacionais e que dará ao país as garantias para o futuro. Deus permita que essa decisão seja tomada. O caso já está a produzir aqui grande repercussão. Vê-se que há muito interesse à volta da eleição presidencial em Portugal”.³

Em ofício confidencial para Oliveira Salazar de 17 de agosto, Pedro Teotónio Pereira, retoma o tema das eleições e dá notícia das repercussões sentidas em Londres: “Desde o inverno que os nossos créditos aqui começaram caindo. Fez-se o que se pôde para travar um ambiente de hostilidade mas é manifesto que a campanha eleitoral nos fez terrível dano. Acabaram os ataques desde o fim das eleições seguindo-se-lhe um silêncio total por parte da imprensa. Chega a parecer impossível como em tão curto espaço foi possível uma tal transformação”⁴.

O Embaixador de Portugal em Londres Pedro Teotónio Pereira reportando-se ao agendamento de um almoço com o Primeiro-ministro Britânico, *Harold MacMillan*, dá conhecimento a Salazar em nota datada de 27 de agosto: “O caso da imprensa é tão evidente que os próprios amigos ingleses me perguntam como isto é possível. O escândalo da passada campanha eleitoral destruiu boa parte do crédito público que aqui tínhamos”⁵.

Consumadas as eleições, Humberto Delgado a 23.6.1958 envia ao Presidente eleito, Américo Tomás a seguinte carta:⁶

Lisboa, 23.6.1958
Exmo. Senhor
Almirante Américo Tomás
Lisboa

Num país civilizado e democrático de eleições livres, eu teria enviado a V. Exa um telegrama de parabéns pela vitória nas eleições.

Tal é a praxe, por exemplo no país de onde há pouco regressei – os Estados Unidos. Sucede que eu fui violentamente roubado nas eleições, além de perseguido e vexado por forma inacreditável, apesar de, como V. Exa ser oficial general das Forças Armadas.

O documento junto – Impugnação das eleições – o prova em demasia. Daí não ter enviado, nem enviar por esta carta, quaisquer parabéns. Ao contrário, muito lamento que V. Exa se decida a aceitar um cargo obtido por aquela forma.

Porque talvez V. Exa desconheça, transcrevo por tradução um passo do “*New York Times*” de 10 do corrente: “O General Humberto Delgado é claro, perdeu por larga margem a favor do candidato escolhido por António de Oliveira Salazar, o ditador

³ João Miguel Almeida, (*António Oliveira Salazar / Pedro Teotónio Pereira, Correspondência Política -1945-68*. (1.ª ed., Lisboa: Círculo de Leitores, outubro 2008), 609.

⁴ *Ibidem*, 623

⁵ *Idem*, 626

⁶ Victor Dimas, *Humberto Delgado – O homem e três épocas* (1.ª ed., Lisboa: Edições Jornal Expresso, dezembro 1977), 194

e primeiro-ministro. O nome do vencedor é, por acaso, Contra-Almirante Américo Tomás, mas isso não tem qualquer importância. Ele não terá qualquer poder e o Dr. Salazar podia da mesma forma ter escolhido o polícia de trânsito mais à mão”.

Este passo dá ideia do que no estrangeiro se pensa da farsa das eleições e da função que a V. Exa atribuem como Presidente da República eleito por aquela forma, afrontosa da dignidade humana.

A Bem da Nação
Humberto Delgado
General”

Naturalmente, as eleições presidenciais não inquietaram apenas Salazar, vieram também perturbar o campo da oposição, como se pode verificar por duas posições que emergiram no mesmo dia, 18 de junho de 1958, ou seja, dez dias decorridos após o ato eleitoral (discutidas provavelmente nos dias imediatos ou até anteriores), uma protagonizada por um ator coletivo – o PCP e outra por um ator singular em busca de apoio.

Assim, a Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, a 18.6.1958, faz a denúncia que as eleições foram falseadas e dos vários atropelos cometidos à legalidade e liberdade do ato de votar, ao mesmo tempo que convoca todos à luta contra Salazar e aponta a vanguarda dessa luta para a classe operária, sugerindo greves, paralisações manifestações, de forma a promover o movimento de massas. A posição do PCP pode sintetizar-se nas seguintes afirmações: “A Nação votou contra Salazar! O general Humberto Delgado tem o apoio do povo. Não restam dúvidas a ninguém de que foi ele quem ganhou as eleições no dia 8 de Junho e de que a camarilha salazarista foi derrotada – a Nação pronunciou-se e votou contra Salazar. Os resultados apresentados são a maior burla e falsificação eleitorais até hoje cometidas por Salazar e a sua camarilha”⁷.

O Movimento Nacional Independente

Por seu lado, Humberto Delgado, dez dias decorridos após as eleições, convocou os representantes nacionais e locais da candidatura a fim de organizar um partido, embora fosse de antemão sabido que o governo não permitiria a sua existência. Pretendia-se que o Movimento Nacional Independente fosse “uma organização civil de indivíduos e não de grupos”, tendo como “objetivos imediatos os que foram apresentados na candidatura”, com a expressa intenção de elevar os padrões culturais e económicos do povo português. Além disso, o MNI deveria opor-se “a todas as concepções totalitárias e à inclusão na sua organização de qualquer grupo, seita ou partido”⁸.

Seria já o MNI a denunciar casos de fraude eleitoral, o que fez numa brochura de 47 páginas. Exemplo: na cidade do Porto, onde foi lançada a candidatura do autor, e que tem 400.000 habitantes, o Governo concedeu ao candidato independente apenas 8.865 votos! Sem atentar no disparate, em Vila Nova de Gaia, que está separada do Porto apenas por uma ponte de 1 Km e mal conterà 20.000 habitantes, atribuiu-lhe 7.768 votos, quer dizer quase o mesmo que na segunda cidade do país, apesar de vinte vezes menor o número de eleitores! No que respeita às colónias, ultrapassou-se as raias do crível. Em algumas, o Governo atribuiu 100 cento dos votos ao seu candidato, almirante Tomás.

⁷ Comunicado da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.

⁸ Iva Delgado, *Memórias de Humberto Delgado*. (Alfragide: Publicações D. Quixote, 2009), 189

Ao mesmo tempo, denunciava o facto de o ministro da Defesa Nacional, Santos Costa, cortar ao general a autorização para desempenhar o cargo de diretor-geral da Aeronáutica Civil, no Ministério das Comunicações, mando-o apresentar no Subsecretariado de Estado da Aeronáutica.⁹

Relativo ao Movimento Nacional Independente, que Humberto Delgado publicita, é emitido a 4.11.1958 um documento anunciando uma reunião, a realizar em Lisboa, a 1 desse mês, congregando 50 democratas da cidade e concelhos próximos, com a aprovação da seguinte proposta:

Tendo em conta o manifesto desejo da generalidade dos democratas e, mais ainda, de todos os que anseiam por uma mudança do actual estado de coisas no sentido de um regime de liberdades públicas e dignificação da pessoa humana, tendo a honra de propor a esta assembleia o seguinte:

1.º - Que testemunhe ao Senhor General Humberto Delgado a confiança que todos nós nele depositamos como intérprete das aspirações nacionais e símbolo do mais verdadeiro patriotismo e, conseqüentemente, se lhe reitere a qualidade já reconhecida de chefe do Movimento Nacional Independente para prosseguir nos objectivos essenciais à Nação no seu programa de candidatura à Presidência da República;

2.º - que sejam desde já convidados para fazerem parte de uma comissão organizadora do Movimento Nacional Independente na região de Lisboa, sem prejuízo da inclusão de outros de acordo com as sugestões do Senhor General Humberto Delgado e de todos os democratas os seguintes cidadãos:

Drs. Luiz da Câmara Reis, Sá Vieira, Nuno Rodrigues dos Santos, Manuel Sertório Marques da Silva, José dos Reis, José Vieira da Luz, Manuel Serra, Constantino Fernandes, Joaquim Bastos, Manuel João da Palma Carlos, Francisco Pereira e Lorena, Prof. Marques da Silva, Dra. Alcina Bastos, D. Maria Rita Rolão Preto, Cap. Henrique Vilhena, Cap. Augusto Casimiro, Escritora Lília da Fonseca, Jornalista Julião Quintinha, Pintor Nikias Skapinakis, Padre Pio (Ajuda), estudantes João Alves Falcão, Alfredo Portela dos Santos, Maria Amélia Alçada Padez, João Pedro dos Santos, António Lomelino, Arnaldo Félix Castanheira, Demétrio Duarte, Ary Oliveira Braga, Guilherme de Almeida, Francisco Carvalho Afonso, Manuel Portugal, António Carvalho, Fenando Peres, José Plácido Barbosa;

3.º - que esta comissão provisória dê os passos necessários para a estruturação do Movimento em todos os bairros, freguesias e concelhos do distrito, bem como em todos os sectores profissionais e entre a juventude, com o objectivo de ser eleita, posteriormente, uma comissão Distrital verdadeiramente representativa;

4.º - que simultaneamente se proceda desde já à execução dos trabalhos relativos ao próximo recenseamento eleitoral e à preparação das próximas eleições para as Juntas de Freguesia, cuja realização deve ser reclamada junto do Governo, com a maior brevidade e de acordo com as disposições legais em vigor;

5.º - que ao mesmo tempo, essa comissão desenvolva todos os esforços no sentido de se multiplicarem e alargarem quaisquer iniciativas tendentes à abolição da Censura e à libertação de todos os presos políticos;

6.º - que a referida comissão promova uma comemoração condigna da data histórica e nacional do dia 1.º de Dezembro;

7.º - que, com elementos da mesma comissão, seja constituído um Serviço de Propaganda encarregado de publicar todos os documentos de interesse para o Movimento Nacional

⁹ Humberto Delgado, *Tufão sobre Portugal, Documentos para a História*. (Rio de Janeiro: Livraria Editôra Germinal, sd), 59/60

Independente e fazê-los distribuir não só na região de Lisboa como em todo o território nacional;

8.º - que, atendendo à necessidade de consolidação do Movimento Nacional Independente à escala nacional, se promova, no próximo dia 9 de Novembro, em Lisboa, um jantar de confraternização em homenagem ao Senhor General Humberto Delgado, em condições de poder reunir, com a maior representatividade possível, todas as regiões do país. Para a execução prática desta iniciativa sejam convidados os cidadãos;

Drs. Nuno Rodrigues dos Santos, Agostinho Sá Vieira, Manuel Sertório Marques da Silva, Constantino Fernandes, Joaquim Bastos, José Vieira da Luz, Eng.º António Abreu, D. Maria Amélia Alçada Padez, estudantes Rui Cabeçadas, e J. Alves Falcão;

9.º - que entretanto, se confie ao Senhor General Humberto Delgado a tarefa de, conjuntamente com o Senhor Dr. Arlindo Vicente, e mais personalidades destacadas da Oposição, promover a constituição de uma Comissão Central do Movimento Nacional Independente e, se possível, que a proposta para essa Comissão Central seja apresentada no jantar a promover no dia 9 do corrente.

No final foi designada uma Comissão, compostas por 4 das pessoas presentes, para levar ao Sr. General Humberto Delgado os votos da Assembleia, traduzindo apoio decidido ao Movimento Nacional Independente, e sintetizado na proposta aprovada.

Dificuldades surgidas posteriormente a esta reunião, mormente a exiguidade do tempo de que dispõe, obrigaram a adiar para data posterior o anunciado jantar de confraternização nacional.¹⁰

O MNI teve existência de – facto mas nunca de direito – será objeto de diversas interpretações tanto a nível interno, como externo e vai estar na origem de diversas dissensões, pessoais e políticas. Movimento criado por Humberto Delgado no rescaldo das eleições de junho de 1958, vai servir de base para várias ações políticas, do próprio General e de diversos cidadãos, por si credenciados por documento emitido em papel timbrado do MNI, quer em Portugal quer no estrangeiro.

Mário Soares reportando-se à génese deste movimento refere: “Humberto Delgado quis pôr de pé um movimento político que prosseguisse o trabalho realizado durante a sua candidatura – o Movimento Nacional Independente (M.N.I.). Mas, obviamente, não era isso que as pessoas esperavam, nem era para esse tipo de trabalho político que Delgado estava fadado”.¹¹

Salazar procura resolver o problema Delgado da forma mais célere. Júlio Botelho Moniz ministro da Defesa oferece-lhe a possibilidade de se manter ligado às Forças Armadas saindo de imediato do país para frequentar um curso de Ciências Económicas na Universidade de McGill, Montreal, Canadá¹² além disso, receberia a fabulosa quantia de 40 contos mês.¹³ A sua situação como oficial-general das Forças Armadas portuguesas estava séria e definitivamente comprometida.

Aproximando-se as habituais comemorações do 5.10.1910, data da implantação da República, celebração que o regime não observava proibindo todas as manifestações cívicas que sempre existiam, particularmente, em Lisboa e no Porto. Para as comemorações deste ano de 1958, Humberto Delgado recebeu convite do Centro Republicano Português radicado em S. Paulo, no Brasil, para presidir nesse ano às comemorações do 5 de outubro. “O convite gerou repercussão em Portugal e nos *media* brasileiros. Delgado aceitou o chamado, mas o governo

¹⁰ Documento original em espólio particular.

¹¹ Mário Soares, *Portugal Amoraçado*. (Lisboa: Editora Arcádia, outubro 1974), 239

¹² *Ibidem*, 743

¹³ Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado Biografia do General sem medo*. (1.ª ed., Lisboa: A Esfera dos Livros, abril, 2008),

português recusou-lhe a autorização para a viagem”.¹⁴

Para se ausentar do país, Humberto Delgado carecia de prévia autorização. Sobre esta possibilidade Delgado escreve:

Retardei o pedido para a necessária autorização até ao 1.9.1958. O meu pedido lançou o Governo em pânico, pois não seria possível recusar-me a licença para ir ao estrangeiro, quando eu não tinha qualquer comissão de serviço e estava em casa todo o dia. Assim, astuciosamente, foi-me oferecido um cargo a partir de 9 de setembro e de pois foi rejeitado o meu pedido com a desculpa de que eu era necessário na Força Aérea e que não tivesse qualquer contacto com os oficiais. Por outras palavras, deveria ficar em casa e receber o ordenado por inteiro para não fazer nada.¹⁵

Na data do quadragésimo oitavo aniversário da implantação da República, Humberto Delgado lembra:

No 5 de outubro juntei-me a um grupo que ia homenagear as principais figuras do regime «republicano» visitando as sepulturas do Dr. Miguel Bombarda e do Almirante Cândido dos Reis. O cortejo tomou o caminho do cemitério, por forma bastante ordeira, mas quando começamos a sair, a polícia interveio e insistiu que todos saíssemos por determinada porta estreita. Quando já estávamos para depor uma coroa de flores no monumento do falecido Presidente da República, Dr. António José de Almeida, a polícia portou-se de forma indescritivelmente bárbara, atacando-nos com granadas de gás lacrimogéneo, muito embora entre os presentes se encontrassem dois candidatos à Presidência da República, Dr. Arlindo Vicente e eu próprio, e diversos outros membros da Oposição, já idosos, tais como o Dr. António Sérgio, o Dr. Jaime Cortesão e o Dr. Azevedo Gomes [...]

O Dr. António Sérgio descreveu a cena ao Ministro da Presidência, Dr. Teotónio Pereira:

Quando finalmente cheguei à rua onde se ergue o monumento a António José de Almeida, as pessoas circulavam em perfeita calma e algumas subiam até à base da estátua para deporem as suas coroas de flores. Então, num determinado ponto da cerimónia, o General Humberto Delgado subiu os degraus com alguns dos seus amigos – não sei dizer exactamente quantos, mas creio que à volta de vinte ou trinta, pois não havia lugar para mais na base da estátua. Quando a coroa foi colocada ante os aplausos dos presentes, o Dr. Acácio Gouveia pediu-lhes, em nome do General, que dispersassem em ordem, mas, quando começavam a afastar-se, foram subitamente atacados com granadas lacrimogéneas. Indubitavelmente que foi um acto estúpido. Como Vossa Excelência sabe, o gás lacrimogéneo só é formalmente usado quando a polícia é atacada por uma multidão, pelo que o seu uso só pode ser considerado como completamente irresponsável e idiota, quando praticado contra um pequeno grupo de pacíficos cidadãos que se limitavam a colocar coroas de flores na base duma estátua.¹⁶

Humberto Delgado é alvo de uma sucessão de factos de carácter persecutório: exonerado do cargo de Diretor da Direção Geral da Aeronáutica Civil; na sequência de um processo disciplinar cujo inquérito teve início a 4.12.1958, conduzido pelo General Esquível - tendo por base acusatória atos de natureza política - é demitido do serviço militar a 7.1.1959; carta de Humberto Delgado ao Almirante Américo Tomás; criação do Movimento Nacional Independente, entre outros.

¹⁴ Douglas Mansur da Silva, *A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. (Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. 2006), 74

¹⁵ Humberto Delgado, *Memórias*. (Lisboa: Edições Delfos, sd), 238

¹⁶ *Ibidem*, 238/240

A demissão de Humberto Delgado do serviço militar impunha-lhe a proibição do uso da farda e a posse de armas de fogo.

O ministro da Defesa, Santos Costa, numa atitude revanchista às diversas declarações proferidas por Humberto Delgado, fez publicar nos jornais de Lisboa de 11.5.1958, a seguinte nota oficiosa:

O ministro da Defesa Nacional, usando da faculdade que lhe confere o artigo 44.º do Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36.304 de 24 de Maio de 1947, mandou cancelar a autorização, que concedia ao sr. general Humberto da Silva Delgado para desempenhar o cargo de director-geral da Aeronáutica Civil, no Ministério das Comunicações.

Por efeito desta determinação, aquele sr. Oficial-general apresentar-se-á no Subsecretariado do Estado da Aeronáutica¹⁷

Sobre o inopinado afastamento de Humberto Delgado da Direção da Aeronáutica Civil, em nota escrita, Marcelo Caetano formula a Salazar as seguintes considerações:

11.6.1958

Senhor Presidente:

Não quero deixar de lhe transmitir ainda hoje as reacções que me têm chegado quanto à maneira como o general Delgado foi tirado da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, donde se achava natural que saísse por portaria do respectivo Ministério; e as apreensões de que seja o início de represálias que irão agravar interna e internacionalmente o efeito produzido por atitudes violentas da campanha eleitoral. Ao cumprir o dever de consciência de informar V. Exa dessas reacções do nosso lado não posso deixar de acrescentar que eu próprio estou apreensivo como tanta gente sobre a sequência de acontecimentos. Não seria conveniente convocar um Conselho de ministros?

Respeitosos cumprimentos do

Marcelo Caetano¹⁸

Rumo ao exílio no Brasil

Delgado sentindo-se perseguido e na iminência de poder vir a ser preso pela PIDE e vendo gorada uma revolta armada há muito planeada para “18.12.1958”,¹⁹ decide seguir os conselhos de António Sérgio, Rodrigo de Abreu e de José Plácido Barbosa no sentido de se exilar na Embaixada do Brasil em Lisboa. Decisão que merece o apoio expresso de sua esposa Iva Delgado.

A 12.1.1959, o General Humberto da Silva Delgado, dá entrada na Chancelaria da Embaixada do Brasil, sendo recebido pelos “secretários Alarico Silveira e Baena Neves que deixaram entrar os quatro homens, sendo possível identificar somente três (Humberto Delgado, Rodrigo de Abreu e José Plácido Barbosa) convidando a esperar pelo embaixador, a quem tentavam contactar pelo telefone com urgência”.²⁰

Álvaro Lins regressado do aeroporto à chancelaria avista-se de imediato com Delgado, ouvindo a seguinte exposição:

- Vim à Embaixada do Brasil solicitar asilo político a Vossa Excelência porque me encontro sob ameaça iminente de prisão. Fui informado por intermédio de fontes seguras, uma delas merecedoras de absoluta fé, porque pessoa pertencente às altas esferas militares do oficialismo,

¹⁷ Humberto Delgado, *Tufão sobre Portugal, Documentos para a História*. (ob, cit), 60

¹⁸ José Freire Antunes, *Salazar e Caetano, Cartas secretas, 1932-1968*. (Lisboa: Círculo de Leitores, novembro 1993), 389

¹⁹ Humberto Delgado, *Memória*, (ob., cit.), 259

²⁰ Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado Biografia do General sem medo*, (ob.cit.), 767

de que serei preso hoje, às 17 horas, a pretexto de uma manifestação política que me seria feita também hoje, a essa mesma hora, na porta da minha casa. Está prevista nisto tudo, claramente, uma provocação da PIDE. Os policiais, a essa hora, encherão a minha rua com bandos aparentemente populares, obtendo assim pretexto para prender-me; o pretexto de que foi desrespeitado o dispositivo legal que proíbe comícios ou quaisquer manifestações em praça pública, mesmo no período eleitoral, quanto mais fora dêle. Eis a situação em que me encontro hoje²¹.

Álvaro Lins explica que conhecia vários incidentes de pressão por parte das autoridades portuguesas sobre Delgado e outros democratas. E, ouvindo a sós o General Delgado, toma a decisão de contactar de imediato o governo português solicitando uma reunião de urgência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Marcelo Mathias, depois de consultar previamente o seu Governo no Rio de Janeiro. Depois de uma série de acontecimentos que relata em pormenor, Álvaro Lins lembra que retomou a conversa com Humberto Delgado referindo:

General: em princípio, concedo o asilo que o senhor veio solicitar à Embaixada do Brasil. Darei a minha decisão definitiva ao voltar da audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A não ser, porém, que as garantias do Governo português alterem a situação no seu próprio espírito, ou que as informações do Ministro invalidem as que o senhor me deu, o asilo será mantido. Estou certo de que o seu caso se enquadra, perfeitamente, nos termos dos Tratados assinados pelo Brasil [...]²².

O Embaixador do Brasil recorda uma longa e tensa reunião com Ministro português onde este procura desdramatizar a situação dizendo que o General Delgado é livre de ir para onde quiser e que sobre ele não existe qualquer ação tendente a cercear sua liberdade. Álvaro Lins não aceita as razões avançadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e diz-lhe textualmente:

- Então, Ministro cumpre-me comunicar ao Governo português, por seu intermédio, que eu concedo o asilo solicitado pelo General Humberto Delgado. E o asilo será mantido, a não ser que a minha decisão, o que não acredito, venha a ser desaprovada pelo Governo brasileiro, hipótese em que voltarei à sua presença apenas para apresentar-lhe as minhas despedidas. [...] A despeito do natural constrangimento produzido por um assunto dessa natureza, a entrevista terminou em termos de perfeita cordialidade pessoal e diplomática²³.

A opinião pública toma conhecimento da decisão de Humberto Delgado através de uma nota oficial do Governo português:

O Sr. Embaixador do Brasil informou esta tarde o Ministério dos Negócios Estrangeiros de que o Sr. Humberto Delgado fora à sua Embaixada, a fim de solicitar, como refugiado político, lhe fosse concedido o direito a asilo por se considerar na iminência de ser preso. Foi agradecida ao Sr. Embaixador do Brasil a sua comunicação e dito ao mesmo tempo que não se via qualquer inconveniência em que o Sr. General Humberto Delgado se instalasse na Embaixada Brasileira.

Esclareceu-se porém, que, não havendo qualquer mandado de prisão contra aquele general, nem nenhum propósito de prendê-lo por atos cometidos até ao presente, o pretexto por ele invocado carecia de todo o fundamento.

Foi salientado ao Sr. Embaixador do Brasil que, se as autoridades portuguesas houvessem tido a intenção de prender aquele general, ter-lhe-iam aplicado a pena de prisão e não a pena benévola de afastamento do serviço ativo com três quartos do vencimento. Nestas condições, e continuando a dispor o Sr. General Humberto Delgado de toda a liberdade de movimentos,

²¹ Álvaro Lins, *Missão em Portugal*. (Rio de Janeiro: Civilização Editora S.A., 1960), 32/34

²² *Ibidem*, 37

²³ *Idem*, 46

só um propósito espetacular de se atribuir a si mesmo a condição de perseguido político, com a invocação de perigos e ameaças inexistentes, podia explicar o apelo dirigido à Embaixada do Brasil.

Por outro lado, o Sr. General Delgado não deu no presente momento qualquer passo para preparação de uma eventual saída para o estrangeiro, que, aliás, não lhe seria negada.

Sendo assim, as autoridades portuguesas não têm de intervir no assunto e não lhe darão qualquer colaboração.

O Governo português lamenta sinceramente que um cidadão português, para satisfazer os seus desígnios políticos, não tenha hesitado em criar à Embaixada de um país tão fraternalmente ligado a Portugal semelhante situação²⁴.

Humberto Delgado com o pedido de asilo político à Embaixada do Brasil inicia uma etapa sem retorno da sua vida pessoal e política agregando à tragédia que vai protagonizar uma diversidade de atores, que de igual forma serão profundamente atingidos por terem partilhado este trajeto de luta política.

O pedido de asilo político formulado por Humberto Delgado teve repercussão imediata nos órgãos de comunicação social no Brasil. O jornal *O Estado de S. Paulo*²⁵ de 13 de janeiro de 1959 referia esse tema na primeira página, referindo espanto, equacionando diversas perspetivas, nomeadamente a de procura de atenção por parte do general, bem como previa dificuldades na obtenção de salvo-conduto para Delgado sair do país.

Tornaram-se reais as previsões do Embaixador Álvaro Lins quanto às dificuldades que o Governo português iria colocar à saída de Humberto Delgado de Portugal como asilado político. O regime de Salazar recorreu a todos os artifícios possíveis para demover o diplomata brasileiro do compromisso assumido com o refugiado político. Ações que se mostraram totalmente infrutíferas. Assim, o General manteve-se na Embaixada do Brasil durante 98 dias.

Depois de uma incontável multiplicidade de ações diplomáticas acabou o Governo português por fazer entrega na Embaixada do Brasil em Lisboa, dos documentos necessários para que Humberto Delgado a 20 de abril de 1959 se pudesse dirigir ao aeroporto em viatura da Embaixada, acompanhado pelo Primeiro Secretário Alarico de Oliveira.

No dia 21.4.1959, aniversário do Tiradentes, Humberto Delgado desembarca no aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro, capital da Republica Federal do Brasil.

Luís Abreu de Almeida Carvalhal, presidente da Associação de Beneficência e Cultura, denominada Associação General Humberto Delgado, fundada a 5.10.1958, descreve a chegada de Delgado, referindo que eram numerosas as pessoas, portuguesas e brasileiras, que aguardavam o General, a que se juntavam muitos jornalistas.

Humberto Delgado vai confrontar-se no Brasil com uma realidade política completamente diferente daquele que o havia acompanhado em Portugal, levando-o a acreditar que havia sido ele o escolhido para chefe incontestado de uma Oposição, atípica, conjunturalmente unida. A realidade brasileira era diametralmente diferente.

Os portugueses residentes no Brasil constituíam um núcleo essencialmente de emigrantes por razões económicas, sendo os restantes portugueses exilados por razões de caráter político, agregavam uma comunidade diferenciada e heterogénea, tanto no aspeto social, como económico, cultural e político.

A Oposição salazarista radicada no Brasil era composta por monárquicos, republicanos, socialistas, sociais-democratas, comunistas, anarquistas, etc., radicados há mais ou menos tempo

²⁴ Idem, 56

²⁵ *O Estado de S. Paulo* - diretor Júlio Mesquita, Terça-feira, 13 de janeiro de 1959, n.º 25675

no Brasil com núcleos de ação política de maior ou menor dinamismo e capacidade interventiva.

A grande maioria dos portugueses emigrados no Brasil era segundo Manuel Sertório:

Oriundos, na sua grande maioria, do campesinato e da pequena burguesia urbana, os nossos emigrantes engrossavam no Brasil o sector do salariado dos serviços, especialmente do comércio, tendo como suprema ambição transformarem-se em pequenos patrões. Vivendo numa formação capitalista então em plena expansão e sem contacto direto com a classe operária brasileira, eram inteiramente dominados pela ideologia pequeno-burguesa. Incultos e ignorantes, tornavam-se, por isso, numa presa fácil do fascismo-patrioteirismo local, sob a égide de uma fauna específica existente na colónia: os comendadores (em geral, comerciantes enriquecidos).

Assim se explica que, numa imigração de cerca de um milhão de pessoas, não ultrapassassem em muito a centena, aqueles que, em todo o Brasil e por uma forma ou outra, se manifestavam publicamente como antifascistas e estavam dispostos a agir em consequência.²⁶

Mostrou-se imediatamente errada a forma encontrada por Humberto Delgado para contactar e dinamizar a colónia portuguesa no Brasil. Sobre este assunto Manuel Sertório refere: “Delgado reagiu autoritariamente: começou redigindo «directivas» a torto e a direito, pretendendo regulamentar todos os vectores de actuação possível. Numa dessas directivas, com o n.º 6, numa rubrica final sob o título «Miscelânea», chegou a determinar como deveria ser tratado «na presença e na ausência» (sic) e rectificou o que deveria ser o «grito das massas» (re-sic): Humberto! Humberto! (em lugar do «Delgado! Delgado!» com que fora recebido no Brasil)²⁷.”

Humberto Delgado a 21.7.1959 emite um documento - Diretiva n.º 6 - que segundo Frederico Delgado Rosa tratava-se de um: “documento destinado a estruturar o MNI no estrangeiro, enquanto movimento herdeiro e continuador da Candidatura Nacional Independente, representando por si só a unidade da Oposição”.²⁸

Documento que foi mal recebido por uma grande maioria dos exilados portugueses com especial relevância para os oposicionistas que se encontravam em S. Paulo e que tinham o jornal *Portugal Democrático* como polo aglutinador. “A Diretiva n.º 6 ao mesmo tempo que propunha uma «congregação geral de vontades» [...] Em causa estava a proeminência comunista na Oposição portuguesa do Brasil, desde logo pela propriedade e controlo do *Portugal Democrático* [...] as reações não se fizeram esperar e os campos delimitaram-se, deixando transparecer claramente que estava em jogo, de facto, a hegemonia comunista”.²⁹

Luís Abreu de Almeida Carvalhal faz uma crítica severa sobre esta diretiva, referindo-se a várias passagens constantes no seu longo articulado.³⁰

Maria Archer, portuguesa exilada no Brasil desde julho de 1955, sobre assunto relativo a esta “diretiva”, a 23.8.1959 envia carta manuscrita a Rodrigo de Abreu, também exilado político, onde escreve:

[...] Ontem houve leitura da célebre triste 6.^a diretiva. Repúdio geral. Creio que aquilo é o Requiem para um candidato no exílio. Que documento de insânia, Santo Deus! O repúdio foi ao ponto de haver quem dissesse, e aplaudido, que H. D, era e é apenas um agente salazarista para destruir a candidatura do Arlindo Vicente e a possibilidade do triunfo da oposição, etc., e etc.,

A diretiva 6.^a foi também recebida com risos e chistes!

Eu não ri nem rio dele. Considero-a normal no H. D, e como consequência da sua formação

²⁶ Manuel Sertório, *Humberto Delgado 70 cartas inéditas* (Lisboa, Praça do Livro, 1978), 32

²⁷ *Ibidem*, 35/6

²⁸ Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado Biografia do General sem medo*, (ob.,cit.), 811

²⁹ *Ibidem* 812

³⁰ Luís Abreu de Almeida Carvalhal, *A Verdade Sobre Humberto Delgado no Brasil*, (Rio de Janeiro: Editora Brasil América (EBAL), 1986), 89/93

feita em 30 anos de serviço no fascismo português.

Se o H. D, não se equilibra no ambiente de liberdade do Brasil, a Oposição deixa-o a liderar-se a si mesmo... Ontem houve dificuldade em conseguir que esse facto se não tornasse um facto.³¹

Rodrigo de Abreu, em resposta, por carta datada de 1.9.1959, afirma:

A forma como está a decorrer a nossa actividade oposicionista desgosta-me e preocupa-me.

A agilidade mental e mecânica, se não forem servidas pelo senso comum, conduzem-nos à imprevidência e ao abismo.

Um pélogo profundo separa as chamadas esquerdas das direitas, e a ponte necessária, para o momento, não pode ser construída com respeito humanos e espírito de partido.

Disse um anónimo que os maus artífices e os maus políticos se queixam das ferramentas certas e dos homens que não as sabem utilizar.

Enquanto Salazar recompõe e firma a sua frente, nós abrimos brechas com as paixões.³²

As organizações associativas da comunidade portuguesa que proliferavam no Brasil, com predominância no Rio de Janeiro e São Paulo, eram, de forma direta ou indireta, controladas pelo regime salazarista. A Federação das Associações Portuguesas, culturais e de recreio, era exemplo disso.

Salazar não descurara o aspeto associativo dos portugueses no estrangeiro pela existência das denominadas “Casas de Portugal”. Para esse efeito emitiu o Decreto-Lei n.º 39 475 de 21.12.1953, publicado do Diário do Governo I Série – Número 282, de onde realçamos:

Artigo 1.º As Casas de Portugal no estrangeiro constituem delegações do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, do qual diretamente dependem.

[...]

Art. 2.º As Casas de Portugal destinam-se a evidenciar e divulgar, em países estrangeiros, os valores nacionais de ordem espiritual e material, cultural e económica, e a fazer a propaganda dos produtos de origem portuguesa e das condições naturais e artísticas de Portugal que constituam motivo de atração turística.

3.º Prestar ao Secretariado Nacional de Informação e à missão diplomática respetiva as informações que interessem à defesa do bom nome e prestígio do País no estrangeiro e sugerir as providências e iniciativas mais adequadas a essa defesa³³.

O ambiente geral que cerca Humberto Delgado é passível de ser analisado num dos parágrafos da carta que o Padre português Alípio Cristiano de Freitas, pároco em São Luís do Maranhão a 23.6.1959 envia ao General onde escreve:

Como V. Exa já deve ter notado, o salazarismo enraizou-se profundamente no seio da colónia portuguesa do Brasil. Atentando, porém, na mentalidade dos “comendadores”, temos de convir que isso tinha de acontecer forçosamente. Mas a vinda de V. Exa. para o Brasil é não só um incentivo para os que aqui lutamos por um Portugal melhor, como também um congregar de forças dispersas. Aos poucos, insistentemente conseguiremos dismantelar a já dismantelada nau salazarista.³⁴

Os exilados políticos portugueses no Brasil, alguns com longos anos de desterro, pelas suas origens sociais, económicas e culturais, constituem, de algum modo, uma elite, que atua em diversos e selecionados sectores da sociedade brasileira. A investigação, o ensino, a escrita, áreas

³¹ Documento de espólio particular

³² Idem

³³ Em anexo - Fotocópia do Decreto-Lei n. 39 475, in Diário do Governo I Série – Número 282 de 21.12.1953

³⁴ Humberto Delgado, *Tufão sobre Portugal, Documentos para a História*, (ob.,cit), 92

administrativas e nalguns casos, o comércio e a indústria, são espaços do viver coletivo brasileiro onde estes cidadãos portugueses, homens e mulheres, pelo seu manifesto saber se impõem e se distinguem.

Manuel Rodrigues Lapa (demitido das funções de professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) era à data professor Faculdade de Letras da Universidade de Belo Horizonte, um dos muitos intelectuais portugueses exilados, escreve a Humberto Delgado, permitindo-se aconselha-lo sobre cuidados políticos a ter com a nova realidade portuguesa no Brasil (5.6.1959):

Quanto a mim – e nesta opinião acompanham-se muitos portugueses aqui no Brasil – V. Exa. só poderá encontrar no Rio e em São Paulo uma minoria de democratas suficientemente ampla e valiosa, para dar à sua presença aquele cunho de grandeza e dignidade que a missão de que está investido necessariamente lhe impõe. Nos outros pontos do País, por ora ainda não. Há todo um trabalho delicado a fazer de aliciação política que tem de ser feito pela persuasão e não pela violência. Enquanto isso não se fizer, é arriscado para V. Exa. e para a causa que defendemos entregar-se nas mãos de criaturas que não estão à altura das suas responsabilidades.³⁵

Segundo Luís Carvalho a reação de Humberto Delgado foi de profundo desgosto, devolvendo a carta ao remetente.

Humberto Delgado confronta-se com o difícil problema de arranjar um trabalho, condigno, que lhe pudesse garantir autonomia financeira. Todos os escritos demonstram que este foi um dos vários problemas que o General Delgado não conseguiu ultrapassar. Primeiro no Rio de Janeiro, depois em São Paulo, o único emprego remunerado que se conhece é o cargo de relações públicas que ocupou na firma Alimentos Seleccionados Amaral, Lda., em São Paulo, empresa comercial do cidadão brasileiro Rui Amaral “Cestas Amaral”.

No livro *A Verdade sobre Humberto Delgado no Brasil*, Luís Abreu de Almeida Carvalho, dá notícia constante e pormenorizada do problema que em permanência atormenta Humberto Delgado, quanto à falta de um emprego e de fundos que lhe permitam, não só sobreviver com dignidade, como exercer as ações políticas inerentes a um chefe ativo da Oposição. Na sequência de uma reunião de associados da Associação General Humberto Delgado é exarada ata onde se escreve:

O amparo moral e material que demos ao nosso Patrono, Sr. General Humberto Delgado nos primeiros 10 meses que permaneceu no Rio de Janeiro, só afrouxou quando, a convite do Sr. Capitão Sarmiento Pimentel e de outros correligionários, ele resolveu retirar-se para S. Paulo, a fim de ocupar o seu lugar remunerado de Relações Públicas da firma Produtos Amaral. Mas, se o nosso amparo material afrouxou, não sucedeu o mesmo com o amparo moral, e ainda então material que em nós representava um baluarte indestrutível, apesar de algumas defeções de elementos mais fracos ou até mais ambiciosos de propaganda e honrarias. É que alguns correligionários, por razões incompreensíveis aos homens de boa-fé, viam, nos atos dinâmicos e certos desta Associação, um açambarcamento de primazias ou honrarias que nunca disputou. Então, a nossa Associação, para evitar melindres, retraiu-se propositadamente, para deixar os outros fazerem aquilo que só a nós competia fazer. E, se tal tivesse acontecido, nunca o nosso Patrono teria chegado à difícil situação em que presentemente se encontra. Ninguém soube dar continuidade ao nosso esforço e, como o tempo tudo vence, a triste realidade aflorou cheia de canseiras e de preocupações para o Sr. General Humberto Delgado que agora, desempregado e sem dinheiro, se vê abandonado por muitos que antes o enchiam de bajulações, imaginando que o seu lugar de Presidente da República, a que tinha direito, lhe seria entregue, espontânea e

³⁵ Luís Abreu de Almeida Carvalho, *A Verdade Sobre Humberto Delgado no Brasil*, (ob., cit), 81

rapidamente, por quem lho roubou.

Ora, como a nossa Associação, desde início, sempre teve carácter apolítico e de absoluta seriedade, cumpre-nos agora retomar nas nossas mãos aquilo que nenhum desses grupos soube manter, como também não sou realizarmos primeiros 10 meses da sua permanência no Rio de Janeiro.

Segundo me disse por carta, confirmado verbalmente, o Sr. General Humberto Delgado poderá ver-se em situação financeira desesperada, sem ter dinheiro para enfrentar a sua vida vegetativa. Assumamos nós os presentes, o compromisso de lhe garantir uma mensalidade de 30 a 40 mil cruzeiros, com a contribuição mensal de Cr\$ 1.000,00 de cada um dos presentes que se dignarem assinar a declaração abaixo, apenas enquanto ele não se empregar novamente no Brasil.³⁶

As resoluções tomadas na reunião da Associação General Humberto Delgado, estão na base de uma carta que o presidente da Direção da Associação G.H.D. envia ao patrono da mesma, onde faz um resumo das liberações aí tomadas, em carta datada de abril de 1962, e subscrita pelo Presidente da direção, Luiz Abreu de Almeida Carvalhal, escreve:

Côncios das dificuldades financeiras que V. Exa. está atravessando neste País, sendo como é, nosso Patrono e Chefe da Oposição Portuguesa, compreendendo que era chegada a hora exata de tomar uma posição, deliberou esta Associação, após reunião de 9 de abril de 1962, tomar a liberdade de lhe ofertar pessoalmente a modesta importância de Cr\$ 30.000,00 mensais para sua subsistência, enquanto não conseguir um emprego no Brasil que lhe permita prescindir da mesma.³⁷

Humberto Delgado acusa a receção desta missiva, e responde a 21.4.1962:

Não quero partir sem deixar a V. S. renovados e comovidos agradecimentos pela sua carta de 21, corroborada pela entrega de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil) destinados a ajudar à manutenção da minha pessoa como Chefe da Oposição, ao encontrar-me desempregado após a revolta de Beja.

Como sempre, a Associação, por meio de V. S., vai na frente, dando o exemplo tão necessário: produzir mais e falar menos.³⁸

As dificuldades financeiras com que o General Delgado se confronta são comuns às dificuldades e problemas encontrados na afirmação das suas opções políticas. O quadro social e político adensa-se na razão direta da passagem do tempo. A chefia dos antifascistas da oposição ao regime do Estado Novo não é consensual e agudiza-se quando Henrique Galvão obtém o estatuto de exilado político no Brasil. A sucessão dos problemas que se colocam à política portuguesa por efeito dos movimentos nacionalistas africanos com o início do conflito armado nas Colónias portuguesas está na origem de dissensões políticas insanáveis.

Muitos dos seguidores de Humberto Delgado pretendem que este mantenha inalterados os propósitos políticos plasmados na proclamação política da sua Candidatura à Presidência da República de 1958.

De uma oposição, artificial e circunstancialmente unida em 1958 a oposição ao regime salazarista acentua agora as suas insanáveis divergências; quer a nível ideológico, quer pessoal, facto que Humberto Delgado tem as maiores dificuldades em ultrapassar. Atritos e fricções, muitas das vezes, fulanizadas, estão na origem de um artificial agravamento das divergências.

Em 1960 nas comemorações do 5 de outubro, Manuel Sertório refere que Humberto Delgado

³⁶ Luís Abreu de Almeida Carvalhal, *A Verdade Sobre Humberto Delgado no Brasil*, (Rio de Janeiro: Editora Brasil América, EBAL, 1986), 339/40

³⁷ *Ibidem*, 341

³⁸ *Idem*, 342

presidiu a um jantar onde ao encerrar uma série de discursos, Delgado falou expressamente em nome de toda Oposição, abordando o problema colonial, defendeu: “um programa para que, «sem quebra de direitos nem ofensas às liberdades dos povos congregados sob a nossa bandeira, respeitando o princípio geral da autodeterminação (...) esse princípio não seja desvirtuado pelos interesses internacionais das grandes potências ou outros, que não são nem os de Portugal, nem os das populações das suas atuais colónias»”.³⁹

O MNI – Movimento Nacional Independente – que Humberto Delgado tenta impor aos exilados antifascistas, confronta-se com organizações de portugueses oposicionistas já existentes no Brasil. Além da Associação G.H.D., criada em 1958, de que é patrono, existe outras organizações de longa ou recente formação; é o caso, entre outros: Centro Republicano Português, Frente Católica Pró-Libertação de Portugal, Comité dos Artista e Intelectuais Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Exílio (F.A.P.L.E.), Unidade Democrática Portuguesa (U.D.P.), Acção Socialista Portuguesa.

Dos vários jornais portugueses publicados no Brasil, sobressai pela sua posição política anti-salazarista o *Portugal Democrático*, com sede em São Paulo, onde escrevem, com nome próprio ou sob pseudónimo, grandes vultos da oposição portuguesa, como Jorge de Sena, Jaime Cortesão, Manuel Rodrigues Lapa, Adolfo Casais Monteiro, Maria Archer, João Sarmiento Pimentel, Oliveira Pio, Miguel Urbano Rodrigues, Roberto das Neves, etc..

Frederico Humberto Rosa refere que um grupo dissidente de São Paulo (*Portugal Democrático*) entre os quais se encontram nomes como Joaquim Ribeiro dos Santos, Pedroso Lima e Vitor da Cunha Rego avistam-se com Humberto Delgado para acordar a criação dum outro jornal, destinado a ser o órgão do Movimento Nacional Independente, não apenas para o Brasil, mas para onde quer que houvesse portugueses a lutar pela democracia. Assim nasceu o *Portugal Livre*, através do qual Humberto Delgado manifestou a maior distância em relação ao comunismo.⁴⁰

Humberto Delgado em carta dirigida a Manuel Sertório, datada de 28.8.1963, no terceiro parágrafo escreve: “Negra a hora a de 1958, quando me meti com tanta garotada mental”.⁴¹ Desabafo sentido em resultado de um acidentado percurso político com as oficiais condicionantes que tinha de observar na condição de cidadão exilado.

No Brasil, o General Humberto Delgado foi importunado pela PIDE que chegou a tentar o seu assassinato. Em janeiro de 1961, quando se encontrava no Rio de Janeiro, um indivíduo contratado pela PIDE, de seu nome Emanuel Dias Melo, português de vinte e oito anos, irmão de um agente da PIDE, foi aliciado para assassinar Humberto Delgado. Para o efeito hospedou-se no Hotel Flórida num quarto contíguo ao n.º 818, onde se encontrava Humberto Delgado. O atentado estava programado para o dia 29.1.1961, um domingo, mas não chegou a acontecer porque Emanuel, em vez de cumprir as ordens, advertiu o general de que estavam «tramando contra a sua vida» e que ele próprio tinha recebido instruções para executar. Frederico Humberto Rosa refere que António Rosa Casaco foi várias vezes ao Brasil para se ocupar de Humberto Delgado. Segundo declarações feitas em tribunal após o 25 de abril por Manuel da Silva Clara, seu superior em 1961, terá numa dessas viagens lançado a ideia de se liquidar o General. [...] Rosa Casaco usou no Brasil a mesma identidade falsa com que atravessaria a fronteira luso-espanhola na cilada de Badajoz quatro anos mais tarde.⁴²

³⁹ Manuel Sertório, *Humberto Delgado 70 Cartas Inéditas*, (ob.,cit), 38

⁴⁰ Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado Biografia do General sem medo*, (ob., cit.), 815.

⁴¹ Manuel Sertório, *Humberto Delgado 70 cartas inéditas*, (ob.,cit), 206

⁴² Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado Biografia do General sem medo*, (ob., cit.), 864/6

Ação premonitória à qual o General Humberto da Silva Delgado não se conseguiu furtar, consumada a 13 de fevereiro de 1965 em - Camino de los Malos Pasos -Villanueva Del Fresno, Espanha.

ANEXOS

Jornal *O Estado de S. Paulo* – sexta-feira, 23 de janeiro de 1959
(Página vinte e dois)

O Caso do General Humberto Delgado

O pedido de asilo feito à Embaixada do Brasil, pelo General Humberto Delgado, candidato à Presidência da República Portuguesa, no último pleito eleitoral, teve grande repercussão em Portugal e no Brasil, pela surpresa do gesto, que envolvia um golpe espetacular de publicidade e sensacionalismo, destinado a empolgar a opinião pública dos dois países e colocar em posição de mártir o candidato que, embora derrotado nas urnas, por uma maioria de mais de 75% dos eleitores, não se conformou com essa decisão do povo português e tudo tem feito para permanecer no cartaz e criar obstáculos ao governo da Nação, ou seja, à situação política a que serviu, durante longos anos, inclusive em postos administrativos e de representação, no exterior.

Concedido o asilo político e cientificado o governo Português do fato, o caso foi logo esclarecido, na nota oficiosa por este fornecido à imprensa, por intermédio do Secretario Nacional de Informação. Não havia nenhuma ordem de prisão contra o General Humberto Delgado nem qualquer propósito para prendê-lo. O que o governo tinha a fazer, em observância ao disposto nas leis que regulam a disciplina militar, estava consubstanciado no ato que o considerou separado do serviço do Exército. Todavia o governo não via inconveniente em que o General Humberto Delgado permanecesse na Embaixada do Brasil, atribuindo-se a si mesmo a condição de perseguido político. Se a sua intenção era embarcar para o estrangeiro, o general que dispunha de toda a liberdade de movimentos, poderia ter solicitado essa autorização das autoridades competentes, que não lha negariam. A sua retirada para fora do país pode-se verificar, por isso, quando ele desejar. Mas as referidas autoridades não tomarão nenhuma iniciativa nesse sentido, que não lhes compete diante dos hiatos apresentados, porque com tal decisão iriam colaborar num plano de agitação adrede preparado. Quer dizer: o Governo Português está na disposição de conceder passaporte ao General Humberto Delgado, logo que este o solicitar. Dar-lhe, entretanto, salvo-conduto acha que seria reconhecer uma situação de perigo iminente e de perseguição política, que não tem cabimento no caso.

O assunto reveste-se ainda de outros que oportunamente poderão ser abordados. Um, porém, não podemos deixar de pôr em evidência, desde logo, como porta-voz que somos da gente portuguesa do Brasil. É a apreensão que a vinda, para este país, do General Humberto Delgado, causa no espirito dos portugueses aqui residentes, que sempre pautaram a sua vida pelo mais fiel respeito à pátria e às suas autoridades constituídas, pelo receio que têm que a campanha de ordem partidária – desenvolvida com escândalo, durante a propaganda eleitoral em Portugal seja transportada para o Brasil, em detrimento da harmonia reinante entre eles e com possíveis reflexos nas próprias relações entre brasileiros e por portugueses.

Já aludimos ao fato da esmagadora maioria dos portugueses domiciliados neste país e as

suas organizações associativas serem francamente simpáticos à atual situação portuguesa, que tem promovido a grandeza e o bem-estar da Nação e o seu prestígio e projeção no exterior – fato assinalado, com abundância de detalhes, pelos próprios brasileiros que têm visitado Portugal e outros países da Europa, nestes últimos anos. Baseamo-nos em um princípio mais alto, firmado na tradição da gente lusitana no Brasil: a linha de conduta sempre mantida, em face da hospitalidade brasileira, que não comporta movimentos de exaltação partidária, estranhos à sua vida, e o acatamento ao governo de Portugal e às suas instituições representativas – acatamento que se verificaria igualmente se o General Humberto Delgado tivesse vencido as eleições e o governo e as instituições fossem por ele representadas. A posição sentida, neste caso, pelos portugueses que vivem nesta grande pátria não é política – é nacional.

Esse aspeto da questão não deixou, aliás, de ser considerado pelo Itamarati, ao estudar a concessão do asilo – segundo notícias divulgadas pela imprensa brasileira. E nós estamos confiantes de que, em qualquer caso, a situação será contornada, de modo a não se verificarem perturbações, de todo incompreensíveis e fora de propósito. As lutas políticas de natureza partidária só se justificam dentro das fronteiras da pátria. De contrário assistiríamos ao inadmissível espetáculo da organização de uma campanha de ação partidária ao abrigo de um país contra a vida política e os poderes constitucionais de outro. Nesse particular é oportuno mesmo invocar um exemplo que poderá servir de norma para a orientação a ser seguida pelo General Humberto Delgado, no Brasil. A digna atitude mantida pelos exilados políticos brasileiros de 1930 e 1932 – a cuja frente estava a inclita figura do Presidente Washington Luís – recusando-se, durante o tempo que estiveram em Portugal, a tomar qualquer iniciativa ou fazer qualquer declaração contra o governo do seu país. Achavam que as questões da vida interna do Brasil só interessavam ao Brasil e não deviam ser discutidas em campo estrangeiro. Foi um ato de nobreza política louvado nos dois países e que jamais poderá ser esquecido por brasileiros e portugueses, como uma lição de patriotismo que já pertence à história.

Não queremos antecipar nenhum juízo sobre a atitude que o General Humberto Delgado tenha a intenção de manter no Brasil. A advertência que lhe fizeram, porém, anteontem os nossos brilhantes e prestigiados colegas do “*O Globo*” tem toda a razão de ser, diante dos seus conhecidos processos de agitação e propaganda, e do movimento de meia dúzia de partidários da sua candidatura tenta articular, desde já, com caráter alarmista, nesta capital e em São Paulo. A situação não pode, entretanto, sofrer alternativas. É clara e irretorquível. Se o general quer lutar contra a política de Salazar e derrubá-lo até do poder, como lhe foi proposto há dias, num telegrama redigido nesta capital, faça-o em Portugal, que é esse o terreno próprio para a empresa. Vir fazê-lo no Brasil, é positivamente, uma encenação e um contra-senso!

(Transcrito do Jornal “A Voz de Portugal” 18-1-59)